

Este texto baseia-se quase totalmente na Comunicação que preparei para a 11ª edição do Fórum da Arrábida “Repensar o futuro da sociedade da informação”, a 12 e 13 de Outubro de 2012, e que, por lamentáveis razões familiares e de força maior, não pude apresentar.

**CONSTRUIR ALTERNATIVAS**

—

**PENSAR A CONJUNTURA**

O texto divide-se em duas partes. Começarei por algumas considerações e devaneios algo especulativos. Quanto à segunda parte, confesso, irei talvez desperdiçá-la com coisas só aparentemente mais sérias.



Desde que o atual Governo, presidido por Pedro Passos Coelho, foi eleito graças a uma campanha contra as medidas incluídas no PEC IV – e podemos saltar os detalhes – tentei equacionar, e perguntei aos meus amigos mais próximos, a problemática neokantiana da construção do mundo dos objetos.

Foi a segunda vez que me pus este tipo de problemas.

Da primeira vez ainda consegui, através de um malabarismo – não destituído de elegância, julgo eu – explicar os fundamentos da ‘mentira política’.

Foi em Outubro de 2001, no 2º Congresso da SOPCOM - Associação Portuguesa das Ciências da Comunicação - , realizado em Lisboa na F. C. Gulbenkian, entre 15 e 17 de Outubro, onde apresentei uma comunicação intitulada “O QUE OS GOVERNOS DIZEM, O QUE FAZEM E O QUE DIZEM QUE FAZEM – o rumo incerto das políticas públicas na sociedade da informação”. (Sessão Temática “Economia e Políticas da Comunicação” ST 13)

Na minha ingenuidade sociológica (eu queria, de facto, ser elegante!) enunciei 3 níveis analítico-operacionais:

- a concorrência entre os grupos políticos pela aquisição de votos (“o que dizem”)
- os efeitos reativos do contacto com a realidade (“o que fazem”)
- a percepção do que foi o desempenho em função dos objetivos e da realidade (“o que dizem que fazem”)

Pretendia deste modo desmontar a ‘mentira política’ através do desmembramento do *dito*, do *feito* e do *contado*, recontextualizando cada um destes registos: a lógica da conquista do poder, o duro fardo de assumir o real, o ajustamento discursivo ao histórico.



Ora desta segunda vez a ginástica imaginada já não me era permitida. Não vale a pena alinhar a imensidade das afirmações contraditórias ou não verificadas, ou demonstrar a incoerência intertemporal das opções assumidas, ou a desajustamento quase permanente entre as profissões de fé e os efeitos imediatos, ou os avanços, os recuos e os desvios.

Encontramo-nos em presença de uma incapacidade discursiva de explicar metodologias e objetivos, e de perspetivar o decurso dos acontecimentos. Basta constatar a

inacreditável sucessão de orçamentos retificativos ou a leviandade na modificação dos cenários macroeconómicos.

Quando escolhemos o título “CONSTRUIR ALTERNATIVAS-PENSAR A CONJUNTURA”, moveram-nos dois propósitos:

- recusar o reboiço epifenomal de peripécias que parecem apenas impedir-nos de encarar analiticamente a situação;
- aceitar a exigência de que uma política se constrói pensando a partir de uma conjuntura com um discurso que pretende justamente ultrapassá-la.

Deveríamos pois preparar o nosso entendimento olhando para a conjuntura perguntando-nos sobre o que se estará a passar em Portugal?

Podemos desde já antecipar o que irão ser as nossas respostas: não estamos a preparar-nos para pagar as dívidas, sequer para as reduzir, muito menos para fazer algo em termos de crescimento económico interno.

Se olharmos para as medidas económicas – e quase sem precisar de constatar os seus efeitos – é legítimo ter as maiores dúvidas sobre quais os interesses e objetivos em jogo: satisfazer os credores do resgate? ou os credores da dívida pública de longo prazo? Ou a possibilidade de re-acesso aos mercados para sustentar as dívidas?

Se atendermos à situação atual - recessão, desemprego e desinvestimento, aumento do défice, aumento da dívida, crescimento insuficiente das exportações e com distorções pouco reprodutoras, reequilíbrio da balança comercial com cortes brutais na importação de produtos intermediários e de maquinaria, e a liquidação de stocks acumulados com a quebra da procura e do investimento internos -, não vislumbramos outro corpo doutrinário de política económica que não seja o Consenso de Washington, imposto na Ásia e América Latina nos anos 80 e 90.

Mas a resposta afinal é fácil e vamos desenvolvê-la já: o *rationale* da atual política económica é o serviço dos interesses do capital financeiro global: os rentistas que vivem dos ativos financeiros, e os agentes que vivem das transações financeiras.

Ora, se pensarmos bem, o que se tem verificado em Portugal de positivo, e que tem crescido convenientemente, são o montante dos juros e as transações financeiras.

Mas para chegar aqui é preciso regressar à consideração da conjuntura na sua pluridimensionalidade.



Tivemos recentemente a oportunidade de visionar um documentário difundido na RTP2, baseado num livro de Jorge Costa, Cecília Honório, Luís Fazenda, Francisco Louçã e Fernando Rosas, publicado pelas Edições Afrontamento em 2010, intitulado “Os donos de Portugal – Cem Anos de poder económico (1910-2010)”.

O documentário foi igualmente visto no *YouTube* por dezenas de milhares de visitantes...

Temos uma opinião bipolar sobre esta obra nas suas duas versões: o texto original e a adaptação televisiva.

Enquanto o livro é, em si e globalmente, muito interessante e útil, já a oportunidade da adaptação à televisão pareceu-nos ter um efeito enviesado na compreensão da conjuntura atual.

Sem dúvida que é útil ver descrita a continuidade dinástica do poder económico, desde a monarquia constitucional até aos nossos dias. Mas esta demonstração tem um reverso. É que estas linhagens já só são donas de muito pouca coisa e já não mandam em quase nada. Aqui parece verificar-se uma rutura no fenómeno da ‘*reprodução*’, tão caro aos sociólogos.

Longe de querer demonstrar, mas apenas de ilustrar, esta mudança radical do poder, basta citar dois desabafos recentes do Presidente do BPI, aliás pertencente onomasticamente à casta dos donos de Portugal: o primeiro foi a raiva despeitada com que acusou os membros da delegação de ocupação financeira de Portugal de não passarem de funcionários de 7º nível das burocracias estrangeiras! o segundo, foi o espanto com que revelou ter, pela primeira vez na sua vida profissional, participado numa reunião com o governo português em que a língua falada era o inglês.

E de facto podemos acordar que nem o atual governo, nem as *condicionalidades* do resgate a Portugal, nem a política económica prosseguida, representam quaisquer interesses dos donos de Portugal. Verifica-se, isso sim, o seu banimento drástico da vida económica e dos circuitos de decisão.

Nesta ordem de ideias até a tão desagradável teimosia de José Sócrates, a que assistimos na parte final do seu governo, pode ser encarada com uma certa curiosidade, e como um sobressalto da velha sociedade e da ficção da velha soberania.

Ser-nos-á permitido mesmo interrogarmo-nos sobre se as tão vilipendiadas Parcerias Público Privadas não terão sítio um momento catártico – e de estertor - contra a invasão da tecnoburocracia financista internacional!

O momento da conjuntura parece apenas servir para deslocar as rédeas das mãos do que resta destes donos de Portugal e da sua classe política (o chamado bloco central dos interesses) a favor do poder financeiro internacional, representado pela sua tecnoburocracia executiva.

E o que é mais visível do lado português – da nova casta ascendente - é alguma impreparação e muita incompetência, como agora já começa a ser generalizadamente reconhecido, traduzidas num discurso invertebrado onde não se vislumbra nem visão, nem futuro coletivo.

Curzio Malaparte, numas extraordinárias notas escritas em 1943, “*Le Bal au Kremlin*” (e publicadas em 1957 e reeditadas em 2005), sobre uma visita a Moscovo, realizada em meados dos anos 20, descreveu com humor e sarcasmo o aparecimento de uma nova

aristocracia soviética, sobretudo nos meios intelectuais e artísticos do novo regime, e que considerava uma casta de ‘*parvenus*’ a quem faltava aquela “forma de homogeneidade das aristocracias: a linguagem...”.

Nós também não conseguimos descortinar uma coerência de estilo, tradutora de uma vontade orgânica e de um projeto hegemónico. Vemos apenas *free lances* recrutados para trabalhos precários, sem que se anteveja a relação com o sistema decisório e muito menos o *rationale* de atuação.

Acrescente-se que esta anomia político-semântica não se reduz no nosso caso presente à atual classe dirigente, parecendo atingir os vários agentes da sociedade civil.

Se atentarmos em duas medidas previstas no Memorando de Entendimento – a criação de comissões de trabalhadores em empresas não submetidas aos contratos coletivos de trabalho e a avaliação independente da representatividade das organizações profissionais – também podemos interrogar-nos sobre as intencionalidades subjacentes.

De um ponto de vista primário do capitalismo anti operário poderíamos suspeitar de uma tentativa de retirar às centrais sindicais (e patronais) a sua legitimidade. Mas já de um ponto de vista de um capitalismo mais sofisticado poderíamos pensar que se tratava da criação de termómetros social-democratas para criar diálogo social nas empresas e conhecer quais os melhores interlocutores da concertação social.

A evolução da conjuntura torna difícil a interpretação daquelas medidas e menos ainda a intencionalidade das medidas efetivas tomadas.

Assistimos a dois tipos de reação dos agentes da sociedade civil que parecem deslocados da ação governativa. Primeiro, vimos o patronato opor-se à modalidade proposta de reorganização da TSU com o argumento maioritariamente invocado de quererem evitar a destruição da paz social nas suas empresas. Segundo assistimos às Centrais Sindicais a organizar manifestações nacionais (por vezes impropriamente designadas de ‘greves nacionais’) cujo objetivo é mais reforçar a fidelização orgânica dos seus afiliados do que generalizar o descontentamento operário nos locais de trabalho.

José Pacheco Pereira já referiu de forma erudita, subentendida e não explícita, que se estava a criar um dos dois pressupostos leninistas para a caracterização de situação revolucionária (“os que estão em cima não são capazes de governar”), e que o segundo pressuposto (“os que estão em baixo não querem mais ser governados”) estava a caminho. Podemos pensar que as centrais sindicais e as centrais patronais poderão dentro de algum tempo não estar mais em condições de representar e protagonizar o descontentamento da sociedade portuguesa.

Acrescente-se que já não estamos no período de derrocada final do capitalismo liberal e que o fenómeno das *redes sociais* e a nova realidade, concetual e real, da *rua* não sejam fenómenos que a nossa democracia representativa esteja em condições de enfrentar, sequer de assimilar.

Mas acrescente-se ainda que esta inorganicidade mental não é exclusiva de Portugal, a ter em conta as mais recentes declarações de responsáveis europeus e internacionais

sobre a sua não responsabilidade nas políticas seguidas aqui e que, de facto, têm sempre que ter a sua aprovação, e muitas das quais tiveram a sua rejeição.



Passamos agora à segunda parte do nosso texto consagrado a algo que pode parecer mais importante, mas que não o é, de facto: a crise financeira mundial e a crise das dívidas soberanas na zona euro.

## 1-A CRISE DO CAPITALISMO (FINANCEIRO)

E não se trata de algo mais importante, apesar do sofrimento que a conjuntura atual provoca, ou que os homens e as mulheres dos países desenvolvidos acham que provoca, porque se tratam de epifenómenos de acontecimentos há muito previsíveis e que nos habituámos a considerar com desprezo ao ouvir formulações tais como ‘ a crise do capitalismo’, a ‘incapacidade das relações de produção capitalista’ produzirem uma taxa de crescimento da riqueza que acompanhe o aumento da população mundial, e satisfaça o aumento das aspirações da população mundial, a inevitabilidade do imperialismo e da distribuição desigual, a limitação dos recursos planetários...enfim, a tragédia dos baldios!

Para redimensionarmos a importância científica e moral das crises financeiras e económicas expressas na atual conjuntura, vale a pena visitar trabalhos como os de Celso Furtado nos anos 70.

Celso Furtado era um grande economista mundial e não um especialista do terceiro mundo, onde o pretenderam, e pretendem, acantonar. O título do seu livro é eloquente: “O Mito do Desenvolvimento Capitalista” (Rio de Janeiro, PAZ E TERRA, 1974).

O livro procura *desmitificar* as teorias do desenvolvimento. O capitalismo sempre foi um regime total, incluindo as diferenças e as relações entre o *Centro* e a *Periferia*.

A certa altura da sua análise Celso Furtado faz um raciocínio demolidor:

1º - se o capitalismo do Centro admite que pode viver excluindo do sistema 20% da sua população...

2º - e se o capitalismo da Periferia pode sobreviver excluindo do sistema 90% da sua população...

3º - e se a taxa de crescimento demográfico na Periferia aumenta enquanto a taxa de natalidade no Centro tende a diminuir...

4º - então, em breve (estamos em 1974) os 10% de privilegiados da Periferia representarão em volume mais do que toda a população dos países capitalistas do Centro.

Esta intuição anuncia algo cuja tradução histórica são as crises que vivemos, decorrências de algo estruturalmente reconhecido como uma impossibilidade a prazo.

Deve-se compreender assim a nossa tendência a encarar as atuais crises com alguma displicência intelectual, no sentido em que exprimimos alguma repugnância a perdermo-nos no labirinto da conjuntura.

## 2- OS DESEQUILIBRIOS INTRA-EUROPEUS

Mas existe ainda um segundo argumento de desgosto (a expressão é exageradamente moderada) nesta abordagem da crise da zona euro e das dívidas soberanas de alguns dos seus Estados Membros.

Foi amplamente divulgado, há umas semanas, um artigo de opinião de George Soros, em que este homem de negócios (financeiros) constatava uma zona económica que deixou desenvolver-se no seu interior uma divisão entre ‘países credores’ e ‘países devedores’, com todas as consequências que esta divisão implica.

Ora, independentemente do que os economistas possam contribuir para explicar, ou sugerir para solucionar, a crise atual, o que nos preocupa é descortinar os fundamentos morais da construção europeia e da zona euro em particular.

O conceito de Equilíbrio Orçamental está a focalizar todas as atenções e surge como o *deus ex machina* da saúde económica da zona euro.

Ora o que nós assistimos é à confusão entre duas conceções muito diferentes e com consequências bastante opostas na política económica: uma conceção moral e uma conceção estratégica.

A primeira, dominante, pretende definir a fronteira entre o bem e o mal e os modos de castigar os prevaricadores.

### Uma conceção moral

O EO é a fronteira que distingue o Bem do Mal

O Mal	Fronteira	O Bem
Défice		Superavit !!!

A segunda, a única capaz de viabilizar o funcionamento de uma zona económica, visa definir um objetivo e os modos de corrigir os desvios.

### Uma conceção estratégica

O EO é o objetivo da política orçamental

O Mal	Fronteira	O Bem
-------	-----------	-------

Défice Superavit		EO !!!
---------------------	--	--------

### 3- O CRESCIMENTO ECONÓMICO

Um terceiro fator de desgosto é a heterogeneidade confusa das vias propostas para criar riqueza.

John Maynard Keynes foi um grande economista. Retivemos em particular a conceção que faz depender a poupança interna da propensão a consumir, e o investimento das antecipações dos empresários, cuja discrepância redundava numa falha de mercado em que o Estado deverá intervir para manter o equilíbrio macroeconómico entre poupança e investimento. Keynes foi igualmente defensor do equilíbrio orçamental, advogando a intervenção do lado da procura só nos casos de recessão, e sempre com carácter temporário.

O que nos levou a procurar outros horizontes foram dois fenómenos que se desenvolveram sobretudo na segunda metade do século XX: o papel da tecnologia no crescimento económico, que implicou a necessidade de o Estado intervir na produção de bens como a ciência, o conhecimento, a informação; e a mundialização, que transformou os Estados em agentes económicos ‘mortais’, compradores de dinheiro e perdendo o controlo da sua poupança interna.

A polémica entre neo-keynesianos e neo-schumpeterianos alimenta-se desta confusão entre a intervenção do Estado e o lado da procura. Ora na economia contemporânea o intervencionismo estatal é de facto industrial – fomento das indústrias de serviços –, mas baseia-se na produção de um tipo novo de fatores de produção. (Já tivemos oportunidade de expor a nossa conceção do novo Estado como ‘*fator social de produção*’.)

Estamos assim no quadro da ‘*supply side economics*’. Só que este enfoque no lado da oferta está associado às políticas de Margaret Thatcher, Ronald Reagan e de alguns discípulos menores aqui em Portugal.

Esta última visão da política do lado da oferta tem os seus fundamentos numa versão marxista demasiado vulgar da luta de classes, em que a criação de riqueza se baseia na produção de mais-valia absoluta.

Como se sabe Karl Marx desprezava, política e economicamente, esta modalidade de exploração, considerando que o desenvolvimento do capitalismo se dera pelo lado da produtividade, com aumento dos salários e das condições laborais, e com a optimização da utilização da tecnologia fabril.

Marx só deu importância ao modelo inicial de exploração – de produção de mais-valia absoluta – no que identificou como fase de acumulação primitiva – designando-a de



‘rapina’, e na fase colonial – no que designou de introdução da civilização a ferro e fogo na Índia.

Hoje a ‘*suplly side economics*’ corresponde a uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo baseado nas novas tecnologias de informação e da comunicação e na produção e exploração do conhecimento. Vários economistas apelam a um choque da oferta como forma de romper com a recessão que atinge a economia mundial.

Tudo razões para duvidar da abordagem da conjuntura enquanto forma de impor um pensamento único sem alternativas.

Artur Castro Neves  
Porto, 2012-10-15

Post-Scriptum - Não se pode negar que a atual conjuntura não seja benéfica para os interesses financistas. Por exemplo, *vide in DIÁRIO ECONÓMICO*, 15-10-2012, artigo de Jorge Landeiro Vaz (professor de gestão no ISEG e especialista em banca e finanças), intitulado *O REGRESSO AOS MERCADOS*: “Em 3 de Outubro...o Ministério das Finanças realizou...um *swap* de mercado, no montante de 3.757 milhões de euros. O consórcio financeiro subscritor, comprou Obrigações do Tesouro (O.T.) no mercado secundário, a 3,1% (com vencimento em Setembro de 2013) que trocou por O.T. no mercado primário, a 5,6% (com vencimento em Outubro de 2015). O governo Português antecipou deste modo o *roll-over* da dívida, com maturidade em Setembro de 2013, pagando um prémio de 2,5%, ou seja, com um custo adicional de 93,935 milhões de euros de encargos financeiros, com repercussão directa no défice orçamental. Esta operação explica, em grande medida, a prosperidade dos mercados e a falência dos Estados. Se o consórcio subscritor, refinar esta operação no BCE (dentro das facilidades concedidas aos bancos da U.E. em 2012) a 0,75% e a 3 anos, entregando como colateral as O.T., obterá um *yield* de 746%. Fabuloso e Ruinoso...”